



Centro Social Cultural e Recreativo

Arvoreense

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2022

Índice

Balanço.....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	5
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	8
Anexo.....	9
1. Identificação da Entidade.....	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	11
3.1. Bases de Apresentação	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	13
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	18
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	18
6. Financiamentos Obtidos.....	20
7. Custos de Empréstimos Obtidos	20
8. Inventários	20
9. Rédito.....	21
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo	21
11. Imposto sobre o Rendimento.....	21
12. Benefícios dos empregados	21
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	22
14. Outras Informações.....	22
14.1. Investimentos Financeiros	22
14.2. Créditos a receber.....	22
14.3. Caixa e Depósitos Bancários.....	22
14.4. Fundos Patrimoniais.....	22
14.5. Fornecedores	23
14.6. Estado e Outros Entes Públicos.....	23
14.7. Outros passivos correntes.....	23
14.8. Subsídios, doações e legados à exploração.....	23
14.9. Fornecimentos e serviços externos.....	24
14.10. Outros rendimentos.....	24
14.11. Outros gastos	24

14.12. Outros ativos correntes.....	24
14.13. Juros e gastos similares suportados.....	25
15. Acontecimentos após data de Balanço.....	25
15.1 Autorização para emissão.....	25
15.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.....	25
15.3 Termo de responsabilidade.....	26

Balço

RUBRICAS	Notas	Período	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1;5;3,22	348 459	357 109
Investimentos financeiros	3.2.3;14.1	3 779	2 718
		<u>352 238</u>	<u>359 827</u>
Ativo corrente			
Inventários	3.2.4;8	727	1 010
Créditos a receber	14.2	19 264	13 783
Estado e outros entes públicos	3.2.8;14,6	71	104
Outros ativos correntes	14,6;14,12	1 223	1 223
Caixa e depósitos bancários	14,3	15 075	31 383
		<u>36 359</u>	<u>47 503</u>
Total do ativo		<u>388 597</u>	<u>407 330</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	3.2.6;14,4	10 532	10 532
Resultados transitados	14,4	-28 328	-56 500
Resultado líquido do período		<u>-23 894</u>	<u>28 172</u>
Total dos fundos patrimoniais		<u>-41 691</u>	<u>-17 796</u>
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	3,2,7;14,6	30 000	
Outras Contas a Pagar	14,8	262 590	298 590
		<u>292 590</u>	<u>298 590</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	14,6	15 893	12 383
Estado e outros entes públicos	3.2.8;14,6	22 018	11 522
Financiamentos obtidos	3,2,7;14,7	10 000	34 000
Outros passivos correntes	14,7	89 788	68 632
		<u>137 699</u>	<u>126 537</u>
Total do passivo		<u>430 288</u>	<u>425 127</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>388 597</u>	<u>407 330</u>

Direcção



Artur Henrique Vaqueiro de Venâncio

Contabilista Certificada

Ana Paqueta

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Moeda monetária: Euro (Arrend: Cêntimo ou Euro)

Rubricas de rendimentos e gastos	Notas	Período	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	9	177 694	151 735
Subsídios, doações e legados à exploração	10 e 14,8	413 107	397 815
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	8	-35 178	-27 060
Fornecimentos e serviços externos	14,10	-71 623	-60 099
Gastos com o pessoal	12	-468 655	-422 813
Outros rendimentos	14,10	2 835	2 687
Outros gastos	14,11	-33 424	-701
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-15 243	41 564
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-8 651	-13 107
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-23 894	28 457
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	6,14,13		-285
Resultado antes de impostos		-23 894	28 172
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		-23 894	28 172

Direcção

Arturino Nogueira Leventino

Contabilista Certificada
Ana Paula Mate

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Descrição Período de 2021	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE					Total
	Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	10 532	(88 466)	-	31 966	(45 968)	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	
Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	-	-	-	-	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				28 172	28 172	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Fundos	-	-	-	-	-	
Subsídios, doações e legados	-	-	-	-	-	
Outras operações	-	31 966	-	(31 966)	-	
	-	31 966	-	(31 966)	-	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	10 532	(56 500)	-	28 172	(17 796)	

Direção

Ana Paula da Costa

Contabilista Certificada

Ana Paula da Costa

Descrição Período de 2022	FUNDOS PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE				
	Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	10 532	(56 500)	-	28 172	(17 796)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	-	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				(23 894)	(23 895)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					
Fundos	-	-	-	-	-
Subsídios, doações e legados	-	-	-	-	-
Outras operações	-	28 172	-	(28 172)	-
	-	28 172	-	(28 172)	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	10 532	(28 328)	-	(23 894)	(41 691)



Direcção

Arborea Noqueira de Sousa

Contabilista Certificada

Ana Paula de Melo

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade monetária: Euro (Arrend: Cêntimo ou Euro)

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos dos utentes	587 265	605 162
Pagamentos a fornecedores	(283 532)	(341 581)
Pagamentos ao pessoal	(296 664)	(276 333)
Caixa gerada pelas operações	7 069	87 248
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	(5 727)	(22 592)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1) 1 342	64 656
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(8 650)	(18 000)
	(8 650)	(18 000)
Recebimentos provenientes de:		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2) (8 650)	(18 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(9 000)	(24 569)
	(9 000)	(24 569)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3) (9 000)	(24 569)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3) (16 308)	22 087
Efeito das diferenças de câmbio		-
Caixa e seus equivalentes no início do período	31 383	9 296
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15 075	31 383

Direcção

Arvidino Albuquerque



Contabilista Certificada

Ana Paula Melo

Anexo

1. Identificação da Entidade

O Centro Social, Cultural e Recreativo Arvoreense é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), com sede na Rua do Loureiro, nº 100, 4480-119 Arvore, conselho de Vila do Conde. Tem como atividade cuidados para crianças, sem alojamento, e ainda outras atividades de apoio social, sem alojamento.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir de registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) regulado pelos seguintes diplomas Legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;
- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a

posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido; a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;
- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL;
- A Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais;
- A Demonstração dos fluxos de caixa, modelo ESNL;
- O Anexo, modelo ESNL; e
- Mapas de Pagamentos e recebimentos, património fixo e direitos e compromissos futuros, com expressão dos respetivos montantes em euros.

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações

financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo

registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" referem-se a bens utilizados na prestação de serviços ou no uso administrativo e encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	5 a 20
Edifícios e outras construções	5 a 20
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	3 a 7
Equipamento biológico	3 a 7
Equipamento administrativo	2 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	1 a 4

Os gastos com depreciações são reconhecidos na Demonstração de Resultados por Naturezas, na rubrica de Gastos com Depreciações e Amortizações.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.4. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao custo de aquisição.

Os Inventários que a Entidade detém, destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois. Pois estes s da Entidade ou os ser

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio

- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes desta rubrica, que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber e outros activos correntes

Os “Créditos a receber” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas, estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), condicionada à observância continuada dos requisitos mencionados no n.º 3 do referido artigo.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade possui “Bens do património histórico, artístico e cultural”, mas não se encontram valorizados e contabilizados por se desconhecer o seu justo valor

Bens do património histórico, artístico e cultural

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022 mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo					
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
316,44	-	-	-	-	316,44
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
316,44	-	-	-	-	316,44
Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo					
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
316,44	-	-	-	-	316,44
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
316,44	-	-	-	-	316,44

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as adições, os abates e

alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2021						
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 01.01.2021	381 373	24 790	142 947	156 965	26 974	733 049
Adições	-	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	381 373	24 790	142 947	156 965	26 974	733 049
Depreciações acumuladas						
Saldo em 01.01.2021	19 276	23 435	138 365	154 782	26 974	362 832
Adições	7 800	289	4 582	436	-	13 107
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2021	27 076	23 724	142 947	155 218	26 974	375 939
Quantia escriturada	354 297	1 066	0	1 747	-	357 110

2022						
Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 01.01.2022	381 373	24 790	142 947	156 965	26 974	733 049
Adições	-	-	-	-	-	-
Revalorizações	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	381 373	24 790	142 947	156 965	26 974	733 049
Depreciações acumuladas						
Saldo em 01.01.2022	27 076	23 724	142 947	155 218	26 974	375 939
Adições	7 800	289	-	562	-	8 651
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2022	34 875	24 013	142 947	155 780	26 974	384 590
Quantia escriturada	346 497	777	0	1 185	-	348 459

6. Financiamentos Obtidos

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

RUBRICAS	Períodos			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros	40 000,00	40 000,00	34 000,00	34 000,00
Totais	40 000,00	40 000,00	34 000,00	34 000,00

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Classificação das rubricas de inventários	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Mercadorias	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	726,63	1 010,25
	726,63	1 010,25
Total	726,63	1 010,25

Descrição	2022		2021	
	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	1 010,25	1 010,25	654,49	654,49
Compras	34 894,69	34 894,69	27 415,27	27 415,27
Inventário final	726,63	726,63	1 010,25	1 010,25
Custo das mercadorias vnd e mat consumidas	35 178,31	35 178,31	27 059,51	27 059,51

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se referem a Géneros Alimentares.

9. Rédito

Para os períodos de 2021 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

RUBRICAS	31/12/2022	31/12/2021
Prestação de Serviços		
Quotas dos Utilizadores	152 107,34	119 189,78
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	25 526,80	32 515,71
Quarizações	60,00	30,00
Rébito	177 694,14	151 735,49

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
ISS,IP	324 898,57	325 211,06
Autarquias	37 570,00	27 410,00
Outros Subsídios	50 638,78	45 193,75
Totais	413 107,35	397 814,81

11. Imposto sobre o Rendimento

As atividades desenvolvidas durante os anos de 2021 e 2022, não foram passíveis de tributação sobre o rendimento.

12. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2022, foram 5.

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

Presidente; Vencimento – 0,00

Os restantes órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de "31" e em 31/12/2022 foi de "32".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

RUBRICAS	Períodos	
	2022	2021
Remuneração do pessoal	369 361,18	344 951,34
Encargos sobre remunerações	94 578,59	70 412,89
Seguros	2 296,32	3 933,22
Outros gastos com pessoal	2 418,50	3 515,98
Total	468 654,59	422 813,43

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2022, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição dos investimentos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de compensação de trabalho (ao justo valor)	3 779,06	2 718,11
Total	3 779,06	2 718,11

14.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2021 e 2022 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte for:

Créditos a receber	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Utentes	19 263,96	19 263,96	13 783,33	13 783,33
Total ativo	19 263,96	19 263,96	13 783,33	13 783,33

14.3. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldo:

Caixa e depósitos bancários	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	292	80
Depósitos à ordem	14 783	25 690
Depósitos a prazo		5 613
Total de caixa e depósitos bancários	15 075	31 383

14.4. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Outras variações nos fundos patrimoniais	31.12.2022	31.12.2021
Fundos	10 531,77	10 531,77
Resultados Transitados	-28 328,38	-56 500,47
Total dos aumentos do período	-17 796,61	-45 968,70

14.5. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Rubricas	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores c/c	15 893,32	13 216,90
Totais	15 893,32	13 216,90

14.6. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos	31/12/2022		07/01/2021	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Ativo:				
Outros	71,31	71,31	103,71	103,71
Total ativo	71,31	71,31	103,71	103,71
Passivo:				
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	5 442,35	3 558,98	3 558,98	3 558,98
Contribuições para a segurança social	16 575,24	7 963,35	7 963,35	7 963,35
Total do passivo	22 017,59	11 522,33	11 522,33	11 522,33

14.7. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Pessoal		1 242,77	1 242,77		1 638,10	1 638,10
Fornecedores de investimento	262 589,66	18 000,00	280 589,66	298 589,66		298 589,66
credores por acrescimo de gastos		68 919,26	68 919,26		61 890,04	61 890,04
Outros credores		1 625,27	1 625,27		5 103,39	5 103,39
Total ativo	262 589,66	89 787,30	352 376,96	298 589,66	68 631,53	367 221,19

14.8. Subsídios, doações e legados à exploração

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

14.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2022, foi a seguinte:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhos especializados	21 706,33	20 017,69
Material de escritório	7 913,94	10 039,43
Energia	25 373,92	15 897,47
Deslocações e estadas	578,95	1 342,11
Outros	16 049,82	12 802,07
Total	71 622,96	60 098,77

14.10. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

RUBRICAS	Períodos	
	2022	2021
Outros	2 826,54	2 686,96
Descontos de pronto pagamento obtidos	8,79	-
Total	2 835,33	2 686,96

14.11. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Impostos	6,02	26,28
Outros	33 418,38	675,00
Total	33 424,40	701,28

14.12. Outros ativos correntes.

Esta rubrica tem a seguinte decomposição:

Outros ativos	31/12/2016		31/12/2015	
	Corrente	Total	Corrente	Total
Outros devedores	1 222,50	1 222,50	1 222,50	1 222,50
Total ativo	1 222,50	1 222,50	1 222,50	1 222,50

14.13. Juros e gastos similares suportados

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição

RUBRICAS	Períodos	
	31/12/2022	31/12/2021
Juros suportados		285,37
Total	-	285,37
Resultados financeiros	-	-285

15. Acontecimentos após data de Balanço

15.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela direção da Entidade no dia 20 de março de 2023, no entanto, os membros da Entidade poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

15.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Sem desconsiderar os eventuais impactos relacionados com as sanções que os diversos países venham a impor à Rússia, na sequência da invasão à Ucrânia, a Administração entende que os mesmos não colocarão em causa a continuidade das suas operações nem os seus compromissos financeiros assumidos.

Neste contexto, os maiores constrangimentos decorrem dos desempenhos económicos e financeiros futuros dos seus utentes, atendendo à previsível redução de serviços prestados / abrandamento económico ao nível europeu e mundial, cujos possíveis impactos na economia são ainda imprevisíveis. Estima-se que o impacto venha a ser relevante, no entanto não colocará em causa a continuidade das operações, assim como os compromissos financeiros assumidos.

15.3 Termo de responsabilidade

A Direcção Administrativa e o Contabilista Certificado, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2022, para além dos factos mencionados em anteriores notas:

- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhores a favor e terceiros;
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Entidade, decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza, para os quais a Entidade, no âmbito do SNC/NCRF - ESNL, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Arvore, 20 de março 2023

A Contabilista Certificada.

Ana Paula Longueira da Silva

